

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
Divisão de Acompanhamento

**Servidor:** ANGELA VALERIA LEVAY LEHMANN  
**CPF:** 151.943.531-20 - **Matrícula:** 542407  
**Tipo de Ato:** APOSENTADORIA - **Processo:** 80001155/2007  
**Cargo:** Professor - Classe A - Nível III - Etapa 25  
**Número do Ato:** 004189-7  
**Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Educação (SE)

Senhor Diretor,

Examina-se, na vertente hipótese, a legalidade do ato concessório de aposentadoria voluntária da servidora em epígrafe, publicado no DODF de 18/05/2012.

Na análise inicial da concessão, verificou-se que a interessada também era beneficiária de pensão civil legada por Nelson Lehmann da Silva, ex-servidor da Fundação Universidade de Brasília (início da vigência: 02/03/2011), e de pensão militar instituída por Alípio Levay, custeada pelo Exército Brasileiro (início da vigência: 31/08/2004).

De outra parte, ressaltava-se que esta e. Corte havia firmado entendimento, em sede de estudos especiais (Processo nº 29836/2016-e), a respeito da limitação legal de acúmulo de uma pensão militar com a de outro regime ou com proventos decorrentes de uma única aposentadoria, nos termos da Decisão TCDF nº 897/2017.

Nesse contexto, houve por bem o c. Tribunal, a teor da Decisão nº 723/2018 (e-DOC D016E2B6), exarada no bojo do Processo nº 35547/2017-e, em que se examina a concessão em tela, notificar a servidora aposentada de que, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ser-lhe-ia facultado apresentar razões de justificativa em face de indícios de irregularidade verificados na tripla acumulação em que incorria, ou fazer opção irretratável entre dois dos três benefícios percebidos, nos termos do entendimento consubstanciado na r. Decisão nº 897/2017.

Mediante a Decisão nº 3.503/2018 (peça daquele feito sob o e-DOC 02AFF9FF), o c. Tribunal conheceu das razões de defesa apresentadas pela servidora, considerando-as, no mérito, improcedentes, e determinara à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF que adotasse as seguintes providências:

*“(…) a) notificar a nominada servidora aposentada para que, **no prazo de 10 (dez) dias**, contados da data da ciência da notificação, efetue opção entre dois dos três benefícios, quais sejam aposentadoria no cargo distrital de Professor, pensão civil federal e pensão militar das FFAA, ante a impossibilidade jurídica de acumular proventos decorrentes de uma aposentadoria com duas pensões de regimes distintos que não decorram das situações dispostas no artigo 37, inciso XVI e §10, da Constituição Federal, conforme entendimento*

*consubstanciado na Decisão TCDF nº 897/2017 (Processo nº 29836/2016); b) caso a interessada não apresente, no prazo assinalado, a opção mencionada na alínea anterior, suspender o pagamento referente à concessão em exame, atentando para as demais medidas cabíveis, conforme discriminado no artigo 48 da LC nº 840/11; c) juntar, na aba “Anexos e Observações” do SIRAC, documentação comprobatória do atendimento dos itens anteriores; IV – dar ciência desta decisão à interessada.”*

A interessada, então, opôs embargos de declaração (e-DOC C80FAB8B) em face da decisão supratranscrita, cuja análise de mérito resultou em negativa de seu provimento, consoante a Decisão nº 4.072/2018 (e-DOC B81D1047). Do voto-condutor desse **decisum** sobreleva-se excerto segundo o qual “(...) o entendimento pacífico nesta e. Corte de Contas, que não destoa da jurisprudência do STF, STJ, TRF1 e TRF2, nem do TCU, é de que a tripla cumulação de um cargo distrital de professor com uma pensão civil federal e outra pensão militar federal não tem fundamento legal, devendo a servidora optar entre dois dos três benefícios.”

Devidamente cientificada dessa última deliberação, a jurisdicionada apresentou resposta a esta Corte, intempestivamente[1], mediante o Ofício SEI-GDF Nº 1731/2018 – SEE/GAB, de 03/12/2018 (e-DOC 7FFEC3B0), informando ter encaminhado notificação à servidora aposentada sobre o desdobramento de seu recurso, bem como da necessidade de efetuar a opção irretratável anteriormente demandada. Todavia, expirado o novo prazo concedido sem manifestação da interessada, determinou-se o bloqueio do pagamento de seus proventos a partir do mês 09/2018, sendo os créditos, desde então, efetuados por meio de CONTA-CAIXA - procedimento que se atesta em consulta ao SIGRH.

Acrescentou, por importante, a par de expediente da Coordenação de Pagamento e Registros, da Secretaria de Gestão de Pessoas, ter tomado conhecimento da propositura de 2 (duas) ações ajuizadas pela servidora, com o escopo de contestar os procedimentos decorrentes da Decisão TCDF nº 3.503/2018, a saber:

- Mandado de Segurança nº 0708941-42.2018.8.07.0018, perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal (Processo SEI nº 00020-00033420/2018-35); e
- Mandado de Segurança nº 0716301-82.2018.8.07.0000, perante a 1ª Câmara Cível do e. TJDF (Processo SEI nº 00080-00158338/2018-07), em que já se tinha ciência do indeferimento de liminar pleiteada pela autora.

Ao consultarmos o site do TJDF, constata-se que o **writ** que tramita perante a 1ª Câmara Cível decorre da redistribuição daquele inicialmente remetido à 3ª VFP/DF, motivada por declaração de incompetência emanada desse Juízo.

Compulsando o andamento da ação em curso (cópia em anexo), verifica-se ter sido interposto agravo interno contra a decisão que indeferiu o pedido liminar para determinar

à SEE/DF que procedesse ao efetivo pagamento de sua aposentadoria, recurso ao qual os membros da 1ª Câmara Cível, à unanimidade, decidiram negar provimento, mantendo a decisão agravada. Eis a ementa do correspondente acórdão (de nº 1137889):

*“AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE PENSÃO MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS DE GENITOR COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO E PENSÃO CIVIL FEDERAL DE EX-CÔNJUGE. IMPOSSIBILIDADE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O art. 29 da Lei 3.765/60 estabelece de maneira clara e precisa duas possibilidades de acumular a pensão militar: A de 1 pensão militar proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria ou a de 1 pensão militar com 1 pensão civil. Assim, incabível o recebimento de três benefícios previdenciários/estatutários.*

*2. Agravo interno desprovido.”*

Observa-se pelo referido andamento processual que, até o fechamento desta instrução, restavam os autos conclusos para julgamento ao e. relator, com certificação de decurso do prazo legal para interposição de recurso do v. acórdão.

Nota-se, portanto, que, em que pese a servidora aposentada Ângela Valéria Levay Lehmann estar ciente da impossibilidade jurídica de acumular proventos decorrentes de uma aposentadoria com duas pensões de regimes distintos que não decorram das situações dispostas no artigo 37, inciso XVI e §10, da Constituição Federal, conforme entendimento consubstanciado na Decisão TCDF nº 897/2017 (Processo nº 29836/2016), com consequente necessidade de optar pela renúncia a um dos benefícios percebidos, conforme facultado pela Decisão TCDF nº 3.503/2018, nada fez para que essa irregularidade fosse sanada. Ao contrário, inconformada com a situação, buscou amparo na via judicial no sentido de que viesse ser reconhecido o pretenso direito ao triplice acúmulo de benefícios, não logrando êxito, porém, na ação intentada.

Desse modo, em virtude de a cumulação tripla de benefícios não possuir amparo legal no presente caso, e uma vez garantida a ampla defesa e o contraditório à nominada servidora, que, mesmo notificada e ciente da ilicitude, deixou de realizar a opção por dois dos três benefícios percebidos, propõe-se ao e. Tribunal, em seu mister constitucional de apreciar, para fins de registro, a legalidade de ato concessório de aposentadoria emanado de ente público jurisdicionado, considerar ilegal a concessão em exame, com recusa de registro, à luz de precedentes nesta Casa[2].

Em razão do exposto, sugere-se ao c. Plenário:

I - considerar cumprida a Decisão nº 3.503/2018, exarada no Processo nº 35547/2017-e;

II – tomar conhecimento das providências adotadas pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, noticiadas via Ofício SEI-GDF Nº 1731/2018 – SEE/GAB (e-DOC

7FFEC3B0), e da suspensão dos pagamentos referentes à presente concessão, ante a recusa da servidora aposentada realizar opção por dois dos benefícios ilicitamente acumulados, conforme facultado por aquela decisão;

III - **considerar ilegal** a concessão em comento, negando-lhe registro, haja vista a impossibilidade jurídica da acumulação de proventos decorrentes de uma aposentadoria com duas pensões de regimes distintos que não decorram das situações dispostas no artigo 37, inciso XVI e §10, da Constituição Federal, conforme entendimento consubstanciado na Decisão TCDF nº 897/2017 (Processo nº 29836/2016), devendo a SEE/DF, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria; e

IV - autorizar o arquivamento do processo referido no item I.

À consideração superior.

[1] Notificada no dia 17/09/2018, conforme recibo de expediente juntado no dia 19/09/2018 (e-DOC 0A23E616), da prorrogação de prazo de 30 (trinta) dias concedida pelo Conselheiro-Relator (via Despacho Singular nº 313/18-GCMM – e-DOC 3CB59440), contados da respectiva notificação. Mesmo no SIRAC, só apresentou resposta no dia 26/11/2018. No entanto, é possível relevar o atraso observado, uma vez que prejuízo algum houve para a resolução dos autos.

[2] **DECISÃO Nº 5.482/2017 (Processo nº 27140/2016-e):** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 2.796/17; II – considerar ilegal a concessão em apreço por falta de previsão legal, uma vez que a acumulação de três benefícios (uma aposentadoria por invalidez e uma pensão por morte previdenciária, oriundos do INSS, mais a pensão militar em análise) não encontra respaldo no art. 54 da Lei nº 10.486/02 e na Decisão nº 897/17; III – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, inciso X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria; IV – autorizar o arquivamento dos autos.”

**DECISÃO Nº 810/2011 (Processo nº 3050/1999):** “O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que tem por fundamento a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar parcialmente cumprido o determinado na Decisão nº 633/2010; II – tomar conhecimento das providências adotadas pela jurisdicionada às fls. 83/85 – apenso, e da não opção por parte do servidor por uma das aposentadorias; III - considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, em face da ilicitude da acumulação das aposentadorias decorrentes de cargos inacumuláveis exercidos pelo servidor na atividade de Agente de Educação na extinta FEDF e Agente Administrativo no INAMPS (Ministério da Saúde), em conformidade com os artigos 37, §10, e 40, §6º, da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98 e o art. 11 da EC nº 20/98,

*devendo a Secretaria de Estado de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), atentando inclusive para o teor do item IIIb, da Decisão nº 633/2010, o que será objeto de verificação em futura auditoria; IV – autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos ao órgão de origem.”*

**DECISÃO Nº 7.734/2009 (Processo nº 3674/2007):** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 68 a 71 do Processo nº 080.000.512/06, em apenso, encaminhados pela Secretaria de Estado de Educação, contendo informação sobre a falta de opção pelos beneficiários por um dos benefícios pensionais, a teor do disposto na Decisão nº 1896/2008, reiterada pela de nº 2652/2009; II – em consequência, considerar ilegal a concessão versada nos autos, com recusa do registro, em face da ilicitude da acumulação das pensões decorrentes de cargos inacumuláveis exercidos pelo instituidor da pensão de Auxiliar Administrativo, na Fundação Universidade de Brasília, e de Auxiliar de Educação, na Secretaria de Estado de Educação do DF, a teor dos arts. 37, inciso XVI e §10, e 40, §6º, da Constituição Federal e 11 da Emenda Constitucional nº 20/98, devendo a Secretaria de Estado de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar, em conformidade com o disposto no art. 78, inciso X, da LODF, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei; III – *informar à Secretaria de Estado de Educação que o TCDF verificará, em futura auditoria, o atendimento da medida indicada no item precedente;* IV – *autorizar o arquivamento do processo e a devolução dos autos apensos ao órgão de origem.”*

Brasília, 14 de Dezembro de 2018

CLÁUDIO ROBERTO PINTO RIBEIRO - Mat. nº 4171

---

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 12:10:32 - 07/03/2019